

MEMÓRIAS DE UMA MILITANTE AMAZÔNIDA

■ ARMINDA RACHEL BOTELHO MOURÃO

<https://orcid.org/0000-0002-1940-9477>

Universidade Federal do Amazonas

RESUMO

O Texto pretende responder aos seguintes questionamentos: como me tornei professora? Como me tornei militante em defesa da escola pública? Como me tornei mulher que lutou e luta para manter-se autônoma, livre sem perder a feminilidade e a capacidade de me emocionar com o aprendizado constante que a vida me deu? Como me tornei esta mulher que luta por uma sociedade mais igualitária? Qual é o lugar em que me encontro? Que caminhos trilhei para chegar até aqui? Por que fiz determinadas escolhas? Narro a trajetória mostrando como me constitui professora, mulher e militante, evidenciando que é um momento reflexivo, embasado na práxis que desenvolvi no processo de ensinar. Ao estabelecer as conexões nessa trajetória, evidenciei os caminhos que trilhei e o porquê de determinadas escolhas. Mostrei as contradições, as relações entre as partes, a ligação com o todo e as mediações feitas no processo de ser professora/educadora. Como sempre registrei os momentos marcantes da minha existência, a análise foi efetivada a partir desses documentos. O que era conveniência passou a ser escolha, eu queria ser professora, militante política e uma mulher engajada na luta por liberdade, tanto pessoal como coletiva.

Palavras-chave: História de vida. Formação. Militância.

ABSTRACT

MEMORIES OF AN AMAZONIAN MILITANT

Text intends to answer the following questions: How did I become a teacher? How did I become a militant in defense of the public school? How did I become a woman who fought and struggles to remain autonomous, free without losing femininity and the ability to be moved by the constant learning that life has given me? How did I become this woman who fights for a more egalitarian society? What is the place where I am? What paths did I take to get here? Why did I make certain choices? I narrate the trajectory showing how I became a teacher, woman and activist, showing that it is a reflective moment, based on the praxis that I developed in the teaching process. When establishing the connections in this trajectory, I highlighted the paths

I followed and the reason for certain choices. I showed the contradictions, the relationships between the parties, the connection with the whole and the mediations made in the process of being a teacher / educator. As I always recorded the remarkable moments of my existence, the analysis was carried out based on these documents. What was convenience became a choice, I wanted to be a teacher, a political activist and a woman engaged in the struggle for freedom, both personally and collectively.

Keywords: Life history. Formation. Militancy.

RESUMEN **RECUERDOS DE UN MILITANTE AMAZÓNICO**

Text tiene la intención de responder a las siguientes preguntas: ¿Cómo me convertí en maestro? ¿Cómo me convertí en activista de la escuela pública? ¿Cómo me convertí en una mujer que luchó y luchó por permanecer autónoma, libre sin perder la feminidad y la capacidad de emocionarme con el aprendizaje constante que la vida me ha dado? ¿Cómo me convertí en esta mujer que lucha por una sociedad más igualitaria? ¿Dónde me encuentro? ¿Qué caminos tomé para llegar aquí? Por qué tomé ciertas decisiones? Narro la trayectoria que muestra cómo fui profesora, mujer y militante, evidenciando que es un momento reflexivo, basado en la praxis que desarrollé en el proceso de enseñanza. Al establecer las conexiones en esta trayectoria he destacado los caminos que he tomado y por qué ciertas decisiones. Mostré las contradicciones, las relaciones entre las partes, la conexión con el conjunto y las mediaciones realizadas en el proceso de ser profesor/educador. Como siempre he registrado los momentos notables de mi existencia, el análisis se llevó a cabo a partir de estos documentos. Lo que era la conveniencia se convirtió en una elección, quería ser maestra, activista política y una mujer involucrada en la lucha por la libertad, tanto personal como colectiva.

Palabras clave: Historia de la vida. Entrenamiento. Militancia.

Introdução

Ao pensar em escrever sobre ser professora há 50 anos, não pude me separar da trajetória de fazer-me mulher e militante, pois foi a luta nos movimentos sociais que me engajou na profissão. Como me tornei professora? Como me tornei militante em defesa da escola pública? Como me tornei mulher que lutou e luta

para manter-se autônoma, livre, sem perder a feminilidade e a capacidade de se emocionar com o aprendizado constante que a vida me deu? Como me tornei esta mulher, que luta por uma sociedade mais igualitária? Qual é o lugar em que me encontro? Que caminhos trilhei para chegar até aqui? Por que fiz determinadas

escolhas? Refazer a trajetória de vida, buscar na memória as lembranças das escolhas – certas, erradas ou até mesmo confusas.

Para tanto, perguntei-me: esse é um caminho que não é só narrar; é preciso entender e analisar? Para fazê-lo, em que teoria me embasso? O que me norteia nas pesquisas é o materialismo histórico e dialético e existem muitas críticas em relação a essa teoria. No entanto, não posso reconstruir a minha trilha de formação sem levar a questão em consideração. Assim, optei por ir reconstruindo o caminho e, ao mesmo tempo, ir analisando as escolhas, as contradições, as inúmeras relações construídas, as pelejas, as alegrias e decepções, principalmente hoje, aos 70 anos, vendo o povo brasileiro perdendo direitos, o isolamento social, a sensação de vazio, a indignação ao ver posições fascistas e de ultradireita na política brasileira e, ao mesmo tempo, a esperança de vencer mais essa batalha.

Delgado (2003) diz que a temporalidade marca as análises do passado. Assim, fui buscando a minha trajetória, trabalhando a minha história de vida relacionada com os processos que a conjuntura apresentou. Busquei ainda as contradições, as mediações que ocorreram e ainda permanecem vivas e como os processos mais globais interferiram na minha vida. Com isso, exponho as categorias fundamentais do método utilizado: a contradição, a mediação, a totalidade. Como sempre escrevi os momentos marcantes da minha existência, a análise foi efetivada a partir desses documentos.

A infância/adolescência

Sou do ano de 1950. Nasci em uma família tradicional, classe média, mas com a postura seringalista e latifundiária¹. Menina na década

de 1950 era preparada para as prendas domésticas, o grande caminho era o casamento, e, para tal, tinha que se preparar para executar e orientar os cuidados com o lar. Nunca aprendi muita coisa, até porque não me interessava. Por incrível que pareça, o meu pai me estimulava a estudar; no entanto, não abria mão de que eu fosse uma garotinha prendada.

Fui captando as contradições, procurando entendê-las e uma questão marcante foi a morte de Getúlio Vargas. Lembro-me de um grande rádio, papai mandando eu ficar quieta e dizendo-me: “Você está presenciando um momento histórico importante: a morte do presidente da República”. Lembrar esse episódio me fez perguntar o porquê da lembrança. Mas, citando Walter Benjamin, narrar é “a faculdade de intercambiar experiências” (BENJAMIN, 1884, p. 2). Foi uma primeira experiência na qual a questão política se apresentou. Procurei indagar quem era Getúlio Vargas.

Essa foi uma lembrança que nunca perdi, que esteve sempre presente. Assim, “Abordar a memória envolve referir-se a lembranças e esquecimentos, narrativas e atos, silêncios e gestos. O conhecimento está em jogo, mas também existem emoções. E também existem lacunas e fraturas”² (JELIN, 2001, p. 55). Cresci envolvida com inúmeras questões políticas, cantando as músicas dos tempos de campanha. Papai e mamãe nunca votavam no mesmo candidato; era interessante como se vivia a política na minha residência. Ao mesmo tempo, papai professor, minhas memórias fazem-me recordar quantos jovens rapazes frequentavam a nossa casa, o ensino da matemática e a discussão da política.

Aos dez anos, pedi para fazer o exame de

1 A família tradicional – parte de mãe e pai – foi dona de seringais no município de Humaitá, situado na Calha do Rio Madeira. Teve políticos importantes, sendo até governador do estado do Amazonas na década de 1940. A família originada do Piauí – parte de pai – foi

e é grande latifundiária, assim sendo os traços posturais advêm do grupo social que eles pertenciam.

2 “Abordar la memoria involucra referirse a recuerdos y olvidos, narrativas y actos, silencios y gestos. Hay en juego saberes, pero también hay emociones. Y hay también huecos y fracturas”.

admissão³. A resposta negativa deixou-me chocada, não só pelo “não”, mas pela forma grosseira e machista, rebaixadora com que fui tratada: “*Não! Você não tem competência! Não vai passar!*”. Meu irmão mais velho convenceu o pai a me deixar prestar o exame. Ele concordou, mas disse que a nota mínima era oito. Tirei acima da nota estipulada em quase todas as matérias, mas em Geografia a nota atribuída foi 7,8. Ele então disse: “*Não cumpriu o combinado, vai fazer o quinto ano*”. Conformei-me, mas, quando ia iniciar o ano letivo, ele me chamou e disse que eu cursaria o primeiro ano ginásial⁴. Fui para o Colégio Santa Doroteia em 1960.

Nesse mesmo ano, fomos morar no Rio de Janeiro. Na cidade maravilhosa, estudei no Colégio Brasil-América. Foram anos de muito estudo e, principalmente, de muita política. A efervescência da época refletia em casa. Papai fazia campanha para o Marechal Lott⁵ e a mãe, para Jânio Quadros⁶. O argumento utilizado por ela era o da corrupção. Dizia que o “homem da vassoura” varreria todos os corruptos do Brasil. Jânio não durou um ano, assumiu o vice-presidente João Goulart e a corrupção continuou a ser uma marca, não só no Brasil, mas no mundo, até hoje. Faço uma pausa para refletir sobre o processo. O capitalismo, por si só, já é corrupto, pois a burguesia, para acumular riquezas, não paga as horas trabalhadas

tal como deveria. A mais-valia⁷, seja ela absoluta, seja relativa, equivale à expropriação do trabalhador do seu trabalho.

Ninguém fica rico trabalhando; fica rico quem possui os meios de produção, quem explora o trabalho. Lembro-me das discussões acirradas sobre o país se aproximar dos comunistas, lembro-me das grandes manifestações em defesa das reformas de base. Fui ao comício da Central do Brasil. Não sabia bem o porquê das manifestações, mas gostava de participar, pois o clima era emocionante. Até hoje me lembro a fuga da polícia, de mentir para mamãe, dizendo que estava estudando na casa de uma amiga.

Na verdade, passei esse momento vivendo a política sem entendê-la e vivendo a Música Popular Brasileira na zona sul do Rio de Janeiro. Quando lembro essa fase, ela vem com os traços das vivências pessoais e os laços sociais. Traz, conforme Jelin (2001), saberes, crenças, padrões de comportamentos e, sobretudo, emoções e sentimentos. Relembro de nós, jovens, curtindo as músicas e as emoções das passeatas. A autora enfatiza que, dependendo do momento atual, as memórias passadas são ativadas e, no caso da escrita deste artigo, isso ocorre, pois fui buscar as lembranças para escrever meu memorial. Além disso, o momento político que vivemos remonta àquela época. Jair Bolsonaro faz tanta questão de aparecer, assim como Jânio. O atual presidente aposta no apoio popular para se manter no poder; Jânio Quadros, por sua vez, renunciou, na esperança de que o povo o trouxesse de volta ao poder.

A instabilidade política que vivemos no passado está no presente, bem latente. Meu tio, que era coronel na época do golpe militar, avisou ao meu pai que não saíssemos de casa, que o Brasil estaria passando por um momento conturbado da história. Era primeiro de

3 Reforma Francisco Campos estabeleceu uma prova para acesso ao ensino secundário.

4 O ensino secundário corresponde ao atual segundo segmento do Ensino Fundamental (Lei nº 9.394/1996).

5 Em 1955, Marechal Lott ocupava o cargo de ministro da Guerra no governo Juscelino Kubitschek. Era engenheiro e construiu carreira militar no exército. Liderou o Movimento de 11 de novembro que garantiu a posse do presidente Juscelino Kubitschek (WILLIAN, 2006).

6 Jânio Quadros foi eleito presidente do Brasil em 1960, tomando posse em 1961. Na época, o presidente e o vice eram escolhidos separadamente. Jânio apresenta Milton Campos como seu vice e o Marechal Lott aponta João Goulart. Pelas medidas impopulares, o presidente Jânio Quadros foi pressionado a renunciar devido as políticas implementadas que desagradaram inclusive seus apoiadores.

7 Mais-valia é o trabalho não pago ao trabalhador.

abril. O pai, depois do telefonema, disse-nos: *“Os militares tomaram o poder”*. Com a nova situação política do país, em 1966, voltamos para Manaus. Foi um impacto muito grande: no Amazonas não tinha televisão, a luz apagava na cidade às 22 horas, eu tinha deixado um amor no Rio... Enfim... Estava fora do eixo e foi a primeira grande mudança da minha vida.

Eu fazia o científico no Colégio Brasil-América. Queria estudar Medicina. Quando chego a Manaus e digo que vou me casar, meu pai vai à loucura: *“Casar aos dezesseis anos!”*. Depois de muita argumentação, ele cedeu, mas me disse: *“Faça o normal; seja professora”*. Ainda disse mais: *“Casamento não é profissão. Seja professora. É uma profissão que ganha pouco, mas você nunca ficará desempregada”*. Segui o conselho, fiz Magistério⁸, mas estudei para Medicina. Passei no vestibular e perdi o noivo, que não aceitou a mulher estudar e ser independente. Fiz até o segundo ano de Medicina, casei-me em 1969 e, mais uma vez, larguei tudo e fui morar no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, prestei novamente vestibular.

Agora para Pedagogia. A escolha estava feita: seria professora. Fui trabalhar no Mobral⁹, experiência importante, e aprendi muito! Marcou a minha vida, principalmente porque achava que o processo de alfabetizar seria o mesmo para todo mundo. Eu ia ministrar aula à noite, e as pessoas dormiam. Eu me perguntava: *“Por que será que elas vêm à aula, se só dormem?”*. Até que um dia eu questionei e os alunos me disseram: *“A senhora não nos conhece, fala conosco como se fôssemos retardados, quer nos ensinar como se fôssemos crianças”*. Fiquei chocada e fui estudar.

8 Magistério era também denominado normal ou pedagógico, curso que formava professores em nível médio. As meninas que faziam este curso eram chamadas de normalistas.

9 Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) – Programa criado na ditadura militar que visava alfabetizar.

Conheci Paulo Freire com a Pedagogia do Oprimido (1970), o qual propugna que para libertar é preciso usar métodos diferentes dos utilizados pelo opressor. Uma pedagogia pensada pelo oprimido, uma pedagogia para a liberdade. A alfabetização origina-se do universo cultural daqueles que estão entrando no mundo letrado. Paulo Freire ensinou-me a ouvir e, assim, perguntei a cada um dos alunos o que eles queriam quando vinham para a escola. A senhora disse: *“Quero ler para poder ampliar o que faço na cozinha, ler receitas”*. O pedreiro falou: *“Quero ler o jornal”*. A manicure: *“Quero saber as tendências da moda”*. Foi um aprendizado. Eu disse: *“Quero aprender a ser professora”*.

Comecei a entender que o meu comportamento inicial era completamente ideológico e percebi que eu, assim como os alunos, vivi em um mundo social e cultural, mas não estava ainda claro que eu reproduzia ideias da classe à qual eu pertencia, ou pelo menos pensava que pertencia: a classe dominante. Terminada essa experiência, fui ministrar aula no município de Gravataí, na comunidade rural de Morungava. Saía de casa às 5h, pegava o ônibus, ia para a rodoviária, pegava outro transporte para chegar ao município e ainda andava no pasto por meia hora. Na volta, ia direto para a faculdade, fazia a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Era o ano de 1971. Engravidei do primeiro filho, não deixei de trabalhar, nem de estudar. Tive um menino. Estava muito feliz! Meu marido, engenheiro, vivia o “milagre brasileiro”, construindo silos e graneleiros no sul do país.

Só nos víamos uma vez por mês, até que a distância não deu mais. Fizemos as contas. Saía mais barato e menos frustrante se eu o acompanhasse nas viagens. Tornei-me então viajante. Larguei a faculdade e o trabalho. Morei em diversas cidades no Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Vivia muito bem.

O salário do esposo era guardado para a compra da casa própria, a firma pagava o aluguel, luz, água e alimentação. Quase no final do ano, vou a Porto Alegre. Estou saindo do consultório médico quando os estudantes invadem a Rua da Praia e a polícia atrás. Não corri. Não era comigo... Foi aí que recebi o impacto de um cassetete. Só não fui presa, porque fui puxada para dentro de uma sapataria. Perplexa com o acontecido, dirigi-me ao hospital e lá uma senhora veio ao meu encontro e disse em voz alta: *“Que bom que tu vieste me buscar!”* e, ao meu ouvido, cochichou: *“Se estás machucada, não entre. Estão prendendo todos os jovens que apresentam alguma lesão”*.

Assim, voltei para casa e me perguntava: *“O que aconteceu?”*. Eu era a própria alienada; vivia na ditadura militar, mas não sabia o que estava acontecendo. Procurei informar-me. Foi quando um engenheiro que trabalhava junto com o meu marido começou a alimentar a minha leitura, com os jornais alternativos a *Tribuna da Luta Operária* – Jornal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) –, a *Voz da Unidade* – Jornal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – e o famoso *Pasquim*.

Em 1974, tive a minha menina. Estava muito feliz! O presidente do Brasil era o general Médici e em março assumiria o general Ernesto Geisel. Enquanto no Brasil a ditadura continuava, em Portugal, aconteceu a Revolução dos Cravos, que colocou um fim na ditadura de Salazar. Lembro-me de que, quando Geisel assumiu o governo, comprometeu-se a restituir ao país o regime democrático. Falava-se em abertura contínua e gradual. No fim de 1975, decidimos voltar para Porto Alegre. Vou trabalhar no Colégio João XXIII como professora de pré-escola e faço dois cursos que foram importantes para minha formação: Matemática Moderna e Processos de Alfabetização. Trabalhávamos coletivamente, planejávamos, o método era fonético, o livro da abelhinha, mas

nós trazíamos conteúdos e formas de ensinar diferentes. Ouvíamos as crianças. Cada uma delas era alfabetizada em seu ritmo. Foi nessa escola que, pela primeira vez, ouvi falar que existiam pessoas alfabetizadas, mas que não sabiam ler, interpretar o mundo.

O importante era ler e escrever, de forma a buscar autonomia e liberdade em aprender. Começo a me sentir mais engajada e experiente. Tinha um coletivo para discutir e trocar ideias, mas, como coloca Walter Benjamin (1995), é preciso ter cuidado ao falar de experiência¹⁰. Esta pode ser uma máscara para justificar processos de acomodação aos preceitos da sociedade capitalista. *“A minha experiência levou-me a caminhos da liberdade ou me tornou mais conservadora?”*. Esse é um questionamento que me acompanha durante a minha existência e tenho clareza de que preciso elucidar essa questão.

Na atualidade, a experiência do saber fazer do trabalhador tem sido expropriada pelo capital. De certa forma, é um avanço para o capital, que incorpora o trabalho vivo ao trabalho morto, mas é um retrocesso para o trabalho, que perde, para o capital, a possibilidade de avançar sua técnica e entender todo o processo de avanço tecnológico. Assim, agora “mais experiente”¹¹, tento retornar à PUC. As mensalidades estavam muito caras, não dava para transferir. Prestei novo vestibular – o quinto na minha vida. Passava em todos, e não terminava nenhuma faculdade.

Consegui entrar na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Era 1976, eu voltei a estudar e trabalhar e, ao mesmo tempo,

10 A experiência vem da tradição que é resgatada pela memória. No entanto, a destruição por que passou a humanidade na guerra e o desenvolvimento acelerado da tecnologia destroem a própria tradição e, conseqüentemente, o significado de experiência. No texto, consideramos a experiência algo advindo da tradição que é recuperado pela memória.

11 Prestei vestibular para Manaus, PUC-RS, Estadual de Londrina, Federal do Paraná e Federal do Rio Grande do Sul.

conseguia ficar perto dos meus filhos, que iam para a escola comigo. Sentia-me feliz, plena, até que algumas atitudes machistas do meu marido me fizeram refletir um pouco mais na minha condição de mulher.

Nessa época, ainda entrei para a luta sindical, filiando-me ao Sindicato de Professores do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS). As lutas sindicais abriram um horizonte importante para entender os processos ditatoriais a que o Estado brasileiro era submetido. As reuniões eram vigiadas, erámos alertados para manter segredos sobre a tática e estratégia (LENIN, 2010) formuladas. Eu nunca ficava até o fim das reuniões. Tinha as crianças para cuidar. Mas o que deixava mais encucada era que muitas vezes tirávamos decisões que eram mudadas pelas lideranças e aí a confusão estava feita.

Quanto à vida pessoal, as nossas decisões, que até então eram conjuntas, passaram a ser somente decisões dele. Eu, que tinha trabalhado muito para chegarmos aonde chegamos, estava sendo colocada de lado. Ele deixou a engenharia e foi plantar melancias. Não deu certo e ele muito pouco conversou comigo. Para suprir o prejuízo, todos nós começamos a plantar alface e couve. Vendemos tudo para o supermercado e ele investiu o dinheiro da venda na plantação de abóbora. Nunca esqueci. A safra foi muito boa, mas todos plantaram abóbora, eram pirâmides de abóboras. Fazíamos doce, purê, conserva, comíamos abóbora de manhã, de tarde e de noite. Enquanto isso eu trabalhava no João XXIII, frequentava o sindicato e estudava Pedagogia.

Era o ano de 1978, o movimento sindical do ABC paulista despontava com Luiz Inácio Lula da Silva como a grande liderança. A greve inicia em São Bernardo do Campo. O ponto principal das reivindicações era o reajuste de 20% no salário. O movimento foi tão forte que se estendeu para outras fábricas. Em 1979, as greves estouraram novamente e o movimento, que

contava com os metalúrgicos, avançou para os professores, bancários, funcionários públicos, todos clamando pelo reajuste salarial.

O pilar da ditadura estava sendo atacado (MOURÃO DIEDERICHS, 1998). A efervescência política de 1978 se materializava nas discussões e nos corredores da Universidade Federal. Comecei a ir às assembleias de curso e do diretório estudantil. Além da presença marcante na ditadura, os jovens da época se aglutinavam em correntes políticas, brigavam entre si e, ao mesmo tempo, procuravam encaminhamentos políticos conjuntos. Lembrei-me de que falávamos, na faculdade, das greves do ABC Paulista, do ano em que o Ato Institucional (AI-5) foi extinto e em que, ao mesmo tempo, o funcionalismo público fervia de indignação. O presidente assinou um decreto-lei que proibia as greves em todo o país. Comecei a participar mais intensamente das discussões.

Ainda no ano de 1979, ao chegar à faculdade, o térreo estava lotado. Discursos indignados, minhas colegas lá não estavam e, ao chegar à sala de aula, tomei conhecimento de que iam mudar o currículo do curso e nós, que formaríamos no final do ano, só o faríamos em 1981. Descemos para participar da assembleia e eu perguntei: “Quando haverá a mudança de currículo?”. E as lideranças responderam: “Está ocorrendo”. Eu, de uma forma irresponsável clamei: “O que estamos esperando? Vamos invadir o Conselho Universitário!”. Foi isso o que fizemos. Veio a polícia, pegaram nossas carteiras de estudante. Não fomos presos; o clima era de abertura política.

O currículo foi mudado à nossa revelia. Já em Manaus e trabalhando na universidade, consegui transferência para o meu curso. A minha ficha veio limpa, nenhuma anotação. O poder¹² tem dessas coisas. Mas eu estava saturada com o casamento, com a vida de boa

¹² Meu pai era o reitor da Universidade do Amazonas (UA).

moça, com a situação do país. Resolvi engajar-me mais fortemente, participando do Partido dos Trabalhadores (PT), que estava se configurando. Fiquei decepcionada. Discutíamos, tirávamos posição e, no dia seguinte, cada força fazia o que bem queria. O tal partido não era para mim. Continuei como professora no Colégio Santa Doroteia.

A minha disciplina era Sociologia da Educação. Em 1981, na Faculdade de Educação, começaram a discutir a primeira semana da Pedagogia. Eu entrei na equipe para ajudar na organização. Vieram como palestrantes Dermeval Saviani, Moacir Gadotti e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) Aldo Rabelo. Foi uma semana incrível e eu me decidi: *“Vou para o Partido Comunista do Brasil”*. O mais interessante é que os militantes me olhavam de uma certa forma com desconfiança. Até meu modo de vestir pertencia à pequena burguesia. Fui vender o jornal *Tribuna da Luta Operária*, fui para as reuniões das células e assim recebi a minha primeira incumbência: ser presidente da Associação dos Servidores da Universidade do Amazonas (Assua).

Em 1982, elegi-me para presidente da Assua, iniciando minha trajetória como militante sindical e ativista política. Essa foi uma escolha a partir da compreensão do mundo que adquiri no percurso que trilhara até aquele momento, calcada em uma densa compreensão teórica do que era atuar no movimento sindical, para construir a sociedade democrática de que o Brasil precisava. O que era conveniência passou a ser escolha: eu queria ser professora, militante política e uma mulher engajada na luta por liberdade, tanto pessoal como coletiva.

A teoria e a prática

O trabalho é a categoria ontológica central da vida, pois, pela ação humana (trabalho) no

mundo, este se modifica e, ao modificar-se, modifica as relações sociais que se estabelecem entre os homens, construindo, assim, um processo contínuo de formação humana (MARX, 2004). A compreensão é que o homem está sempre em movimento e, como tal, constrói a história. Nessa construção, a política está sempre presente. Como assevera Lane (1989, p. 12): “[...] o homem fala, pensa, aprende e ensina, transforma a natureza; o homem é cultura, é história”. Questionava-me: *“Como não vi determinadas questões?”*; *“Como não percebi que a desigualdade social é um produto da ação humana e, por isso, pode ser superada?”*.

Entendi que, mesmo não participando, mesmo não me envolvendo, sou responsável pelo que acontece ao meu redor, em meu mundo. Compreendi que a neutralidade não existe. Na presidência da Assua, coordenei o I e o II Encontro das Classes Trabalhadoras, que construíram a Comissão Local da Pró-CUT, na qual fui representante no Amazonas.

Comecei a me apropriar do contexto da universidade da época de 1980, momento em que a realidade acabou por me modificar pessoalmente, levando-me, de corpo e alma, à defesa da universidade pública e às lutas contra a ditadura. Nessa época, eu estudava muito a teoria política. A sociedade brasileira clamava por liberdades democráticas. Realizamos a primeira eleição para reitor, sendo vencedor o professor João Bosco Araújo, diretor do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), o mais votado numa lista de seis pessoas. Eu, funcionária administrativa, fiquei em quinto lugar. Um feito que repercutiu nacionalmente. Os administrativos poderiam ser candidatos à reitoria, desde que tivessem formação para tal. O professor João Bosco ganhou, mas não assumiu o cargo.

A ditadura indicou o seu homem de confiança: o reitor que, à época, também participou do processo, ficando em terceiro lugar.

O homem da ditadura foi empossado, mas foi denunciado por investir o dinheiro da universidade na chamada “Coroa-Brastel”. A Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas (ADUA), na figura de seu presidente, professor Marcus Barros, pediu a saída do reitor.

Nessa efervescência política, tive que “tomar partido”, ou seja, ou colocava-me a favor das lutas e ia contra a ditadura – que na universidade estava vinculada à pessoa do meu velho pai, que era e continuou o reitor da UA –, ou ficava ao lado da família e, conseqüentemente, da ditadura. O aprofundamento dos estudos levou-me a entender que a identidade é um processo em constante construção e, nessa perspectiva, eu, ao adentrar no movimento sindical, aproximei-me, cada vez mais, da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 1995). Qualquer decisão tomada levaria a perdas.

Foi um período doloroso, mas tomei a decisão: as liberdades democráticas traziam a possibilidade de construir outro país, um país melhor, onde meu filho e filha ou filhos de outras mães teriam chances de construir um futuro promissor. Optei pela luta, mas saí do processo com fraturas emocionais. Fui sarando com o tempo, vivendo a vida. Em 1984, fiz concurso para ser professora da UA, tirando o segundo lugar. Só assumi como professora do Departamento de Teorias e Fundamentos da Faculdade de Educação (Faced) em 1986. Fiz também concurso para professora da rede estadual de ensino, passando a lecionar no Instituto de Educação do Estado do Amazonas (IEA).

Em 1987, fui eleita para presidente da Associação Profissional dos Professores do Amazonas (Appam). Nessa ocasião, liderei greves da categoria e pude conviver com o professor Aloísio Nogueira, a grande liderança dos professores na época. Nesse trabalho, os cursos sindicais e o convívio com as lideranças do movimento me apresentaram mais um desafio: como conduzir o movimento, respeitando

as correntes políticas e apontando para o enfrentamento com o nosso maior inimigo, que era o governo estadual e municipal?

Na época, ainda havia confusão entre partido político e sindicato, conforme expressa Marx (1979). Assim, a tomada do poder passa pela organização do proletariado em classe, no partido político. É imprescindível ter clara a distinção entre sindicato e partido político. Gramsci (1988) ressalta o partido político como fundamental à formação da vontade coletiva, critica aqueles que negam a função do partido e defende a revolução social, pela direção do Moderno Príncipe (o partido político). Essas considerações permitem chegar à afirmação de que o sindicato não é e não pode ser confundido com o partido político.

Todos os partidos de esquerda no movimento sindical tinham a pretensão de que o sindicato fosse a ponte para o fortalecimento de suas agremiações. Isso trazia, para o movimento, muita confusão. Assim, representando a corrente sindical classista, fui diretora de comunicação da Central Única dos Trabalhadores do Estado do Amazonas. Em 1986, aprovou-se o curso de mestrado em Educação da Faced, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Fiz a seleção em 1987, ingressando na primeira turma do referido curso. Cursei o mestrado sendo presidente da Appam. Só pude levar essa empreitada porque o meu companheiro, na época, e que me acompanha até hoje na vida e nas lutas, apoiou-me, incondicionalmente. Carlinhos, como é conhecido na universidade, nesse período, era o presidente da Assua.

Aqui, ressalto a questão do gênero e a possibilidade de homens e mulheres lutarem lado a lado. Inclusive, nessa época, como diretor de políticas sociais da Central Única dos Trabalhadores, ele promoveu vários cursos sobre a questão da emancipação da mulher e sua importância para os movimentos sociais. Um

companheiro de luta e de vida há 32 anos, meu marido, meu homem e meu grande amor.

A década de 1980 trouxe ganhos e perdas. Ganhos no que se refere à conquista da democracia, à promulgação da Constituição de 1988, à queda da ditadura. As perdas referem-se às econômicas. Era o fim do ciclo desenvolvimentista dos países da periferia do capital, dada a recomposição do capitalismo para alcançar a produtividade necessária para a sua manutenção e desenvolvimento (MALLMANN, 2008). Ao escrever até aqui a minha trajetória, fica patente que, até a década de 1980, eu não me preocupava com a produção científica. O envolvimento maior era com o movimento sindical e, na universidade, a dedicação era para o ensino e a extensão. Só me envolvi com a pesquisa a partir do mestrado em Educação, o qual terminei em 1990.

Como a minha preocupação na militância estava ligada aos movimentos sociais e, querendo entender os sentidos de ser professor(a), comecei a minha trajetória na iniciação científica em 1987, orientando os projetos intitulados “A representação social da professora primária: a prática docente e a ação sindical dos professores do município e dos professores da rede estadual”. Terminei o mestrado em 1990. Eu e minha orientadora tivemos uma relação de parceria e muita aprendizagem. A orientadora tinha uma formação positivista. Realizou seu mestrado e doutorado nos Estados Unidos, fez-me ler a sociologia e a psicologia americana, mas, depois de muito diálogo, consegui que compreendesse quais eram os meus referenciais. Foi uma grande mulher! Em julho de 1990, editamos o primeiro caderno sindical: *O trabalhador em educação e o sindicato*. Essa publicação já fazia parte da dissertação.

Em 1994, foi eleito para reitor da UA o professor Nelson Fraiji, em cuja gestão fui pró-reitora comunitária. Naquela época, a eleição foi por chapa e, assim sendo, também fui eleita.

Fiz parte do Fórum dos Pró-Reitores Comunitários, que tinha como presidente a Dr.^a Acácia Kuenzer, que era pró-reitora comunitária da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O Ministério da Educação e Cultura (MEC) queria instituir, nas universidades federais, o pagamento de mensalidades. Para tal feito, criou o critério de carência. Para responder a essa investida, Dr.^a Acácia Kuenzer liderou a pesquisa nacional para discutir a carência na universidade brasileira.

No Amazonas, desenvolvi a pesquisa intitulada “Só estuda rico na universidade?”. Os resultados foram surpreendentes. Comprovou-se que, em todas as licenciaturas, os discentes não tinham poder aquisitivo para se manterem na universidade se pagassem mensalidades. Somente os cursos mais renomados, como Medicina, Odontologia, Engenharia e Direito tinham alunos que poderiam ser chamados de ricos. Mesmo na Medicina, tinha filhos e filhas de trabalhadores e, na área tecnológica, nas Engenharias, tinha um percentual bastante expressivo de estudantes de baixa renda.

A contradição público-privado, presente há décadas na educação brasileira, permeava os processos de discussão em defesa da universidade pública. A noção do público constituiu-se, historicamente, de modo que o público e o privado se articulam com a produção material da vida (MOURÃO; ALMEIDA, 2015). Mais uma vez, fica evidente que a universidade pública assim se mantém, em que pesem os processos de privatização, em função das lutas empreendidas pela sociedade civil organizada.

Em 1997, fiz seleção para o doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Entrei no Programa Educação: História, Política e Sociedade, em 1998. Meu orientador foi o Dr. Celso Ferretti. O projeto que apresentei, na seleção, seguia o mesmo percurso que trilhei no mestrado. Eram os processos educacionais nos movimentos sociais, com

o recorte nos processos de formação, implementados pela Central Única dos Trabalhadores no Amazonas. Mas, com muita discussão, fui convencida de que deveria ir para a formação no mundo do trabalho.

Estudei uma fábrica no Distrito Industrial de Manaus. Foi um grande esforço, pois fui para uma literatura que não dominava e estava articulada com a sociologia do trabalho francesa. Foram quatro anos de aprendizagens significativas. Defendi a tese *A qualificação do trabalhador frente às exigências tecnológicas e organizacionais: estudo de caso em uma fábrica do setor eletroeletrônico, na Zona Franca de Manaus*. Em meu ingresso no mundo da pesquisa, tornei-me professora-pesquisadora ligada às questões do trabalho e da mulher nesse universo.

O período 2007 a 2017 foi profícuo. Produzi bastante, coordenei e participei de vários projetos. Todos os projetos tinham em comum a relação trabalho-educação, mas aqui é importante resgatar a polêmica introduzida por Maria Ciawatta e Ronaldo Rosas sobre a incompatibilidade teórico-metodológica entre a fenomenologia e o marxismo. Essa discussão se apresentou, porque eu utilizava como referencial a teoria da representação social e o materialismo histórico e dialético.

Nas palavras de Moscovici (1981), a teoria da representação social objetiva tratar dos fenômenos humanos, partindo de percepções coletivas, sem perder de vista as individualidades dos homens e mulheres pertencentes a um determinado grupo social. O materialismo histórico e dialético parte da premissa de que a vida é material e, partindo do material empírico concreto, busca apreender o real a partir do seu desenvolvimento histórico, captando as contradições e as mediações que são construídas em um processo relacional.

Até entender a questão, sustentei a hipótese de que a análise e apreensão do real tinha

como suporte o marxismo e que a representação me permitia coletar dados subjetivos que enriqueceriam a análise. Mas, segundo Alves (2017, p. 13), o estudo da subjetividade na perspectiva marxista deve “[...] gerar núcleos de sentido a partir da noção de contradição que não opõe indivíduo-sociedade, mas prevê desvelar suas manifestações constitutivas”. Com o aprofundamento dos estudos, fui deixando a representação social como interesse de estudos e me concentrei em aprofundar o método de pesquisa na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Assim, as publicações foram se constituindo e eu, formando-me como professora-pesquisadora.

A docência na graduação e na pós-graduação

Quando ingressei no curso de Pedagogia, senti que, apesar de não ter sido uma escolha pensada, eu gostara de ser professora. A minha trajetória, como já relatei, vem desde a pré-escola, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. O mais interessante é que só fui ser professora universitária porque o salário de professora da educação infantil é ínfimo e a vida é material.

Nesses 42 anos de docência, ministrei aulas na graduação, no mestrado e no doutorado. Descobri o que é ser professor-pesquisador, o que é trabalhar o tripé ensino, pesquisa e extensão. Orientei, em dez anos, 73 trabalhos e ministrei 60 turmas. Com a preocupação de aproximar a pesquisa acadêmica da vida escolar, processos de pesquisa-ação foram implementados.

Nestes desenvolvi, por meio do ensino e da extensão, ações que considero inovadoras. Os mesmos estudantes que fizeram o PACE¹³ seguiram sob minha orientação para o estágio II e estágio III. Assim, desenvolvíamos práti-

13 Programa de Atividade Curricular de Extensão.

cas de ensino e pesquisa em um processo de extensão universitária. Desenvolvi então uma prática de ensino-aprendizagem em que eu também aprendi muito. Eram aulas diferentes.

As funções administrativas: por que administrar?

As lutas empreendidas no interior das universidades, para a construção de uma gestão democrática e comprometida com um projeto de universidade articulada com a sociedade que a mantém, fez-me lutar em duas frentes: no movimento e nos processos administrativos. Por esse motivo, fui pró-reitora para assuntos comunitários, diretora da Faced por dois mandatos e coordenei o programa de pós-graduação por três vezes.

Na função de diretora, implementei algumas ações no que se refere à pauta de reivindicações dos técnico-administrativos, ou seja, instituí as 30h semanais. Tinha uma justificativa plausível, que era o fato de a Faced apresentar um atendimento que ia das 8 até as 21h, sem fechar ao meio-dia. Para tal ação, a organização do trabalho foi modificada, modificando também a estrutura organizacional do espaço. Infelizmente, após minha saída da direção, ocorreu novamente uma reestruturação, a qual fez retornar o trabalho de oito horas, fechando ao meio-dia e indo o expediente até às 17 horas.

Fui também coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação por três mandatos. Procurei nessa função lutar para a consolidação do programa, que, na última avaliação, não conseguiu atingir a nota desejável. É uma sensação muito ruim; parece que eu e meus colegas trabalhamos e o trabalho não atingiu o seu objetivo. Na avaliação interna do programa, uma das conclusões foi a de que a responsabilidade do processo cabe não só à coordenação, aos professores, mas também à Univer-

sidade Federal do Amazonas (UFAM), que como instituição não deu o devido apoio às ações.

É importante ressaltar que a avaliação empreendida pela Capes não prioriza o avanço dos programas nas regiões que não têm tradição na área da pesquisa, como é o caso da Região Norte. Além do processo de avaliação seguir a lógica produtivista, as regras são mudadas quando o período para ser avaliado termina. Foi o caso da avaliação do quadriênio 2013 a 2016. O documento da área saiu em abril de 2017. O colegiado fez todo o planejamento de sua ação baseado no documento de área que avaliou o triênio 2010 a 2012, mas o processo já era outro. Questiono-me: *“Foi importante assumir cargos administrativos?”*; *“Contribuí para a consolidação da pós-graduação na Região Norte?”*. Essas são questões que procuro responder, resgatando e avaliando as ações empreendidas na UFAM.

A opção de ainda estar trabalhando – a nível de consideração

Iniciei o memorial perguntando: *“Qual é o lugar em que me encontro?”*; *“Que caminhos trilhei para chegar até aqui?”*; *“Por que fiz determinadas escolhas?”*. Escrevi minha trajetória como docente-militante na UFAM, mostrando como me constitui mulher e profissional nesse processo. É um momento reflexivo, em que me embaso na práxis desenvolvida no processo de ensinar. Ao estabelecer as conexões nessa trajetória, evidenciei os caminhos que trilhei e o porquê de determinadas escolhas. Mostrei as contradições, as relações entre as partes, a ligação com o todo e as mediações feitas no processo de ser professora/educadora.

As categorias do método ficaram evidentes e essa constatação me deixou deveras feliz! Eu consegui entender o que me move, como me movo e por que sou movida dessa forma

para as ações. Mas uma questão precisa ser respondida: “*Por que fiz a opção de ainda permanecer trabalhando, depois de 46 anos de labuta?*”. Não sei se irei simplificar a resposta, mas entendo que a ação do homem no mundo constrói processos que vão constituindo o ser social. Assim, a luta pela universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada é uma forma que encontrei de contribuir com mudanças.

Em um momento de retrocesso pelo qual o país passa, com a universidade correndo o perigo de ser privatizada e com a carreira sendo ameaçada, há muita luta para ser empreendida. Pedindo emprestado de Pablo Neruda (1982), “*CONFESSO QUE VIVI! E, ainda tenho muito que viver e lutar! O lugar em que me encontro são as trincheiras da vida! Construir-me professora!*”.

Referências

- ALVES, Alvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 9, n. 1, p. 1-13, 2017. Disponível em: Acesso em: 25 fev. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, v. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: Acesso em: 18 fev. 2021.
- FREIRE, Paulo. **A Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- JELIN, Elizabeth. **De qué hablamos cuando hablamos de memorias: los trabajos de la memoria**, p. 1-17, 2001.
- LANE, Sílvia. **O homem em movimento**. São Paulo: Cortez, 1989.
- LENIN, Vladimir Litch. **Que Fazer?** Problemas Candescentes do Nosso Movimento. São Paulo: Arte Popular, 2010.
- MALLMANN, Maria Izabel. **Os ganhos da década perdida: democracia e diplomacia regional na América Latina**. Edipucrs, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Boi tempo, 2004.
- MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanalyse**. São Paulo: Zahar, 1978.
- MOURÃO DIEDERICHS, Arminda. **O movimento de professores de 1º e 2º graus: uma análise crítica**. Manaus: EDUA, 1998.
- MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes. O Espaço Público no Imperialismo do Século XXI. In: Heloisa da Silva Borges; Waldemar Moura Vilhena Júnior. (Org.). **Educação do campo e as políticas sociais públicas**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2015, v. 1, p. 61-86.
- NERUDA, Pablo. **Confesso que vivi: Memórias**. São Paulo: Difel, 1982.
- PIRES, ELAINE. A escola no período dos exames de admissão ao ginásio: memórias do secundário. **Anais... 30º Simpósio Nacional de História**. Recife: ANPUH, 2019.
- WILLIAN, Wagner. **O soldado absoluto: uma biografia do Marechal Henrique Lott**. 2ª edição. Rio de Janeiro: 2006.

Recebido em: 12/01/2021

Revisado em: 26/08/2021

Aprovado em: 30/08/2021

Arminda Rachel Botelho Mourão é doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora titular da UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Educação. E-mail: arachel@uol.com.br